

## FERNANDO SCHMIDT – PRESIDENTE DO ESPORTE CLUBE BAHIA

Excelentíssima Presidenta Dilma Rousseff.

Excelentíssimo Ministro Guido Mantega.

Excelentíssimo Ministro Aldo Rebelo.

Senhores presidentes de clubes.

Bom tarde a todos.

É um honra estar aqui, no Palácio do Planalto, com a chance de contribuir para tentar refundarmos o futebol brasileiro. Sim, refundar. Porque é o que se faz urgente, pelo bem dos nossos campeonatos, dos nossos clubes e da nossa seleção. E não por causa -- ou somente por causa-- do tão famoso 7 a 1.

O problema é estrutural.

Muito parecido com o que aconteceu no Esporte Clube Bahia.

O que lá em Salvador ficou conhecido como uma verdadeira Revolução também se deu após uma derrota vexatória de sete gols. E que também foi a ponta do iceberg ante um oceano de más gestões, dívidas e medo dos princípios da transparência, da democracia e do profissionalismo.

Para quem ainda não sabe a história, um resumo: meu antecessor foi destituído judicialmente, há exatamente um ano, acusado de gestão temerária e crimes desapropriação inedita e fraude fiscal. A pressão por mudanças, na imprensa e na opinião pública, também crescia a cada dia. E, embora entidade privada, o clube foi alvo de uma intervenção respaldada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ainda que a natureza dos clubes e das federações no Brasil, inclusive a CBF, seja de direito privado, o futebol é um esporte que, invariavelmente, envolve recursos públicos, por meio de patrocínio, financiamento ou mesmo pela relação tributária.

Quando um clube deixa de pagar o INSS e o FGTS e sonega o Imposto de Renda, está cometendo crimes que afetam não só o governo, mas, diretamente, o interesse público.

Assim, legitimado perante o Estado e à sociedade, o novo Bahia ganhou eleições direitas, o estatuto que reputo ser o mais moderno do Brasil e, sobretudo, credibilidade.

Em poucos meses, saímos de 600 sócios para mais de 25 mil. Acabamos com a doação de ingressos para torcidas organizadas e com o custeio de passagens a membros da imprensa esportiva local. Publicamos todos os gastos feitos pelo clube, mês a mês, em cada departamento. Divulgamos ao Conselho Deliberativo a lista de empresários e fatiamento de todos os jogadores da nossa divisão de base. Os salários finalmente passaram a ficar em dia.

Porém, apesar dos avanços, as dificuldades financeiras continuam de maneira preocupante. Na semana retrasada, precisamos negociar a nossa principal revelação, um garoto de 20 anos, para o futebol português. E, devido às antecipações de receitas da administração passada, nem assim há certeza de que conseguiremos quitar as contas do Bahia até dezembro.

No Brasil, poucos são os clubes que não estão praticamente falidos. Apesar de as receitas terem alcançado a casa dos milhões, o endividamento subiu 74% nos últimos cinco anos. Virou um monstro devorador que nos espreita a cada fim de mês, quando temos que pagar despesas e salários, dívidas trabalhistas e impostos sonegados em anos e anos de gestões temerárias, conduzidas por dirigentes encobertos pelo manto eterno da impunidade. O rombo do Bahia é de mais de R\$ 100 milhões.

Nesse diapasão, como já havia escrito em artigo publicado em abril na Folha de S.Paulo, vejo como fundamental a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte. Que não, não vai resolver os problemas do futebol brasileiro. Mas vai ajudar bastante.

Chegou a hora. O debate é antigo e amplo. Já vem sendo discutido há quase dois anos. E, pela primeira vez, conta com a participação de todos os atores envolvidos na questão, isto é, os novos players do atual futebol brasileiro (atletas, arenas, clubes, federações, governo etc), em busca de uma reformulação completa e de novos paradigmas, aproveitando o momento histórico de uma Copa do Mundo no Brasil.

É a própria lei de responsabilidade fiscal dos municípios adaptada ao esporte.

Embora não haja consenso geral, o projeto de lei é o que mais se aproxima disso e que permite avançar naquilo ainda não é unanimidade entre as partes.

Entendo o preconceito em relação aos clubes, que até então pensavam apenas em refinanciamento de dívida, sem nenhum tipo de contrapartida. Mas a grande novidade introduzida é exatamente o oposto: a responsabilidade fiscal. Para obter o refinanciamento, você terá de pagar encargos. E, em caso de descumprimento, até mesmo no pagamento de salários e no estouro do orçamento, haverá penalidades pesadas a exemplo de suspensão do refinanciamento, suspensão da participação de torneios oficiais e perda de pontos. Além disso, medidas como limite de mandatos.

De maneira inédita, agora existem garantias de que a União não será a única a pagar a conta e que conseguirá fazer retornar aos cofres públicos um dinheiro outrora perdido, anistiado.

Trata-se de, baseado em experiências europeias, encontrar caminhos que permitam finalmente modernizar o futebol brasileiro, com ênfase na transparência, na democracia e no profissionalismo.

O que não for resolvido neste momento poderá ser aperfeiçoado numa comissão permanente de acompanhamento, permitindo que todos os direitos e deveres sejam aprimorados, de lado a lado.

Aproveito ainda para repetir novamente o apoio ao movimento Bom Senso Futebol Clube.

Precisamos melhorar o calendário do nosso futebol. Precisamos investir na formação de jovens atletas, ainda na categoria de base, tal qual o exemplo alemão. Precisamos de ligas independentes, organizadas pelos próprios clubes, em vez das federações.

Mas precisamos também de um Código de Ética reverso, partindo dos jogadores. Que tenham não somente direitos, como deveres. Que respeitem o chamado fair play financeiro. Que haja bom senso inclusive na hora das remunerações.

Não podemos desperdiçar isso aqui, esse momento, esse clamor.

O maior legado da Copa do Mundo brasileira não pode ser de engenharia, e sim de mentalidade: o chamado padrão Fifa deve nos deixar como herança a obrigação de instituímos uma nova ordem para o futebol nacional.